



## Comissão analisa relatório sobre morte de coronel

Caseiro do militar que relatou torturas e assassinatos durante a ditadura negou à Comissão de Direitos Humanos versão da polícia de que teria confessado crime

**O** relatório de Ana Rita, Randolfe Rodrigues e João Capiberibe será apresentado hoje na Comissão de Direitos Humanos. Eles se encontraram no Rio de Janeiro com o caseiro Rogério

Pires, que negou ter participado da morte de Paulo Malhões, torturador confesso do regime militar. Segundo a polícia civil, o caseiro confessou latrocínio (roubo seguido de morte), ocorrido no sítio do coronel. **3**



Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade no dia 25 de março, Paulo Malhões admitiu que torturou e matou presos políticos

Thiago Vilela/Ascom-CNV



Os senadores pelo Ceará Inácio Arruda (2º à esq.), Eunício Oliveira (3º) e José Pimentel (4º) solicitaram a sessão especial pelo centenário de morte do Dragão do Mar

## Senadores reverenciam jangadeiro abolicionista

Líder do movimento contra o embarque de escravos no porto do Ceará, no final do século 19, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, foi homenageado ontem em solenidade que lembrou o fim da escravidão no país. **2**

**Cidades podem receber R\$ 113,8 milhões para infraestrutura 4**

**Projeto dá passe livre a pessoas com doenças graves 3**

**Motoristas envolvidos em rachas terão penas rigorosas 7**

**Corretores de imóveis pedem redução de anuidade 5**

**Duas CPLs sobre a Petrobras aguardam indicações 6**

## Futuro da comunicação pública em debate

Primeiro de uma série de encontros de profissionais de comunicação do Senado discutiu ontem o futuro da comunicação

pública e novas tecnologias. Objetivo é reunir ideias e propostas para atualizar o Plano Estratégico da Comunicação. **5**



Na mesa, Jefferson Dalmoro (C) modera debate feito pela Secom do Senado com Murilo Ramos e Jorge Duarte (D)

## especial Cidadania



Quem é aprovado em concurso público agora ingressa no novo regime

## Crescem adesões a fundo de previdência de servidor

Com novas regras para aposentadoria no serviço público em vigor há um ano, planos de previdên-

cia complementar têm cerca de 3 mil adesões e esperam chegar a 8 mil até dezembro. **8**

Edilson Aguiar/Secom-MT



Com representantes do movimento negro, do governo e de profissionais de praticagem, Plenário homenageia Nascimento

# Senado lembra ânimo libertário do Dragão do Mar

Sessão especial do Senado homenageou centenário do jangadeiro Francisco José do Nascimento, que colaborou para a abolição da escravatura no Ceará quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea

A CONTRIBUIÇÃO DO líder do movimento contra o embarque de escravos no porto do Ceará em 1881, Francisco José do Nascimento, para a abolição da escravatura no Brasil foi destacada ontem pelos senadores que representam o estado: Eunício Oliveira (PMDB), Inácio Arruda (PCdoB) e José Pimentel (PT). Os três são autores do requerimento que gerou a sessão especial para lembrar o centenário da morte do jangadeiro imortalizado como Dragão do Mar.

— Pequenos gestos podem fazer avançar os rumos de uma cidade, de um estado, de um país. Francisco já dava mostras do espírito libertário do povo cearense, dono da própria vontade, que não aceita imposições, mesmo que partam dos poderosos — disse Eunício.

Pimentel apontou o espírito libertário do povo cearense ao citar frase de Nascimento no movimento de bloqueio a navios negreiros em Fortaleza: “Não há força bruta no mundo que fizesse o tráfego negreiro ser reaberto no Ceará”.

Segundo os senadores, o movimento dos jangadeiros cearenses contra a distribuição de escravos pelas províncias do Sudeste foi determinante para que o Ceará abolisse a

escravatura quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea.

A homenagem ao Dragão do Mar ganha relevância maior neste momento em que o país lidera movimento contra o preconceito e pela tolerância, na opinião dos senadores, que lembraram episódios de manifestações racistas em estádios na Europa.

— Que o Dragão do Mar reapareça a cada gesto de preconceito, a cada banana jogada no gramado, como se repetiu ontem [domingo] durante partida do Campeonato Italiano — lembrou Eunício.

## Ações atuais

Inácio disse que a Copa do Mundo, que começa no Brasil em junho, pode ser uma oportunidade de dizer não ao preconceito.

— O preconceito ainda se materializa entre os ditos civilizados, entre os lordes europeus, que fazem chacota pela diferença da cor. Continua existindo nos estádios de futebol dos países chamados civilizados, o que exige de nós o repúdio permanente e firme — observou o senador.

As ações do governo para promover a igualdade racial foram lembradas por Pimentel. Ele citou, entre outros, o Programa Brasil Quilombola,

de 2004, que regularizou terras de descendentes de escravos refugiados em quilombos. Pimentel destacou a votação do PLC 29/2014, que estabelece cotas para negros em concurso público. A proposta está na pauta no Plenário.

— Nossa pauta está trancada por uma medida provisória. Vamos fazer um esforço muito grande para liberá-la. O diálogo que Renan Calheiros, presidente do Senado, e as lideranças já assumiram é de aprovar a lei de cotas também para o concurso público.

Os senadores destacaram o trabalho realizado pelos práticos, profissionais que auxiliam a navegação nos portos.

— Que a praticagem brasileira receba o reconhecimento que o Dragão do Mar só veio receber um século depois da sua morte — frisou Eunício.

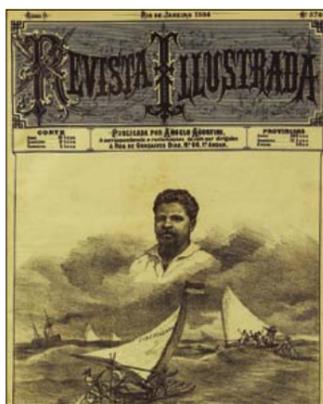
Também reverenciaram Nascimento o presidente da Fundação Cultural Palmares, Hilton Cobra; o vice-presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, Francisco Honório Pinheiro Alves; o diretor-presidente do Conselho Nacional de Praticagem, Ricardo Falcão; e o secretário-executivo da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Giovanni Harvey.

## Chefe dos jangadeiros, Nascimento se recusava a transportar escravos

Francisco José do Nascimento nasceu no dia 15 de abril de 1839. Era também conhecido por Chico da Matilde em referência à mãe, a rendeira Matilde Maria da Conceição. O jornalista e romancista Aluísio Azevedo lhe deu o apelido de Dragão do Mar.

Trabalhava no Porto de Fortaleza em uma função de

chefia e era prático da Capitania dos Portos. Recusava-se a transportar para os navios negreiros os escravos vendidos para o sul do país. Assim como tinha contato com os jangadeiros e escravos, convivia com setores da elite e participava de ações abolicionistas, movimento em alta no Ceará desde a metade do século 19.



Revista publicada em 1884, no Rio de Janeiro, relata feitos do Dragão do Mar

## Jorge Viana defende governador do Acre no caso dos haitianos

Jorge Viana (PT-AC) manifestou revolta com as notícias de que o governador Tião Viana,



do Acre, vai ser denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela deportação de 900 haitianos para São Paulo.

O senador leu matéria, publicada no UOL, que explica a chegada dos haitianos e lembrou que o Acre é apenas uma rota, pois todos querem ir para os estados do Sul e do Sudeste, como São Paulo.

— O governador acolheu, só que os haitianos não querem ficar no Acre — disse.

## Aloysio Nunes alerta para situação de índios ianomâmis

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) destacou, ontem, artigo do jornal *Folha de S. Paulo* que revela a situação dos índios ianomâmis, no norte do país. Eles enfrentam aumento nos casos de malária e na taxa de mortalidade infantil.



Segundo o senador, há suspeita de improbidade administrativa, uma vez que na área ianomâmi houve aumento expressivo das verbas para a saúde.

— Faltam médicos e medicamentos, mas não falta viagem de avião. Existe alguma coisa de muito errado na administração — disse.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta está trancada pela MP 630/2013, que estende o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, instituído para as obras da Copa, a todas as licitações públicas.

### PRESIDÊNCIA Marcha dos prefeitos

9h30 Abertura da 17ª Marcha de Brasília em Defesa dos Municípios; às 11h30, recebe o gerente sênior de Governo do Twitter, Adam Sharp; às 13h, participa de almoço da OAB; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 19h, comparece à posse do ministro Dias Toffoli na presidência do TSE.

### CMA Reciclagem

8h30 Na pauta, projeto que isenta da Cofins e do PIS-Pasep artigos que usem no processo de produção pelo menos 70% de reaproveitamento de resíduos sólidos. Também projeto que obriga as instituições financeiras a prestar, sempre que solicitado, informações sobre contratos de crédito.

### CCT Banda larga

9h Reunião para apresentação da proposta de avaliação do Plano Nacional de Banda Larga. Na segunda parte da reunião, a comissão poderá votar substitutivo a projeto de lei sobre mudanças em contratos de publicidade com o governo.

### CAE Dívida das faculdades

10h As instituições de ensino superior poderão parcelar dívidas referentes a tributos federais, conforme projeto na pauta da comissão. A proposição tramita em regime de urgência constitucional.

### CE Serviço social

11h Projeto que institui serviço social para profissionais de saúde que tenham concluído a graduação em instituições públicas. Outra proposta na pauta institui o programa de controle ao bullying.

### CDH Passe livre para doentes graves

11h Projeto que concede passe livre às pessoas portadoras de doenças graves no sistema de transporte coletivo interestadual consta da pauta da CDH. Antes, o relatório sobre viagem ao Rio para acompanhar a morte do coronel Paulo Malhões.

### CMMC Programas climáticos

14h30 Discussão sobre a adaptação brasileira às mudanças climáticas, incluindo medidas para financiar programas e diminuir a vulnerabilidade às secas e enchentes.

### CMO Desenvolvimento urbano

14h30 Vota projeto que abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério das Cidades.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, audiência da **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Senadores apresentam hoje texto sobre morte de coronel

Relatório foi elaborado após encontro, no Rio de Janeiro, com o caseiro que negou ter confessado participação no assassinato do militar reformado que admitiu tortura à Comissão Nacional da Verdade

O RELATÓRIO DOS senadores que foram ao Rio de Janeiro acompanhar as investigações sobre a morte do coronel reformado do Exército Paulo Malhães, que confessara crimes contra a ditadura, será apresentado hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A pauta da reunião inclui também 24 votações.

No dia 6, a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), foi ao Rio com Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP). Eles se encontraram com o caseiro Rogério Pires, acusado de participar da morte do coronel. Aos senadores, o caseiro negou tudo. Segundo a polícia civil, ele confessou latrocínio (roubo seguido de morte), no sítio do coronel, na Baixada Fluminense.

Capiberibe informou que o relatório dá detalhes sobre as visitas e conversas no Rio.

— A impressão é de que o assunto está sendo tratado com um viés de latrocínio muito forte. Outros indícios, como o fato de o coronel Malhães ter sido um homem importante na ditadura e ser o único torturador assumido, que prestou um trabalho relevante à memória e à verdade quando foi depor, isso foi tratado separadamente.

Para Capiberibe, é imprescindível que seja descoberta a motivação do crime.

— Precisamos descobrir a motivação do assassinato: latrocínio, vingança, queima de arquivo ou intimidação para que nenhum outro volte a falar na Comissão da Verdade.

Os três senadores também estiveram na Comissão da Verdade do Rio, encontraram o chefe da polícia civil do estado, Fernando da Silva Veloso, e o delegado responsável pelo caso, Pedro Medina. Capiberibe e Randolfe, além de membros da CDH, são presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

O coronel foi encontrado morto em casa, com sinais de asfixia, no dia 25 de abril, um mês após admitir, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, que participou de torturas, assassinatos e ocultação de corpos de vítimas da ditadura militar (1964–1985). Na ocasião, Malhães disse que não se arrependia do que havia feito.



Proposta do ex-senador Eduardo Lopes está sendo relatada por Paulo Davim

## Comissão analisa passe livre a pessoas com doenças graves

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) pode votar hoje projeto do ex-senador Eduardo Lopes que concede passe livre aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, comprovadamente carentes, no transporte coletivo interestadual.

Pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 81/2012, as empresas transportadoras são obrigadas a reservarem dois assentos para esses usuários no caso do transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, e um assento por aeronave. No transporte aéreo, o direito à gratuidade será restrito aos casos de comprovada necessidade da viagem do beneficiário para fins de tratamento médico.

O projeto ainda estende o benefício ao acompanhante que também não tenha como pagar a passagem quando a presença dele for imprescindível para a realização da viagem da pessoa com doença grave ou incapacitante. A necessidade de

acompanhante, de acordo com o projeto, deverá ser devidamente atestada.

O relator da matéria na CDH, Paulo Davim (PV-RN), destacou que a medida contribui para reduzir o nível das privações e facilitar o atendimento às necessidades das pessoas atingidas por doenças graves ou incapacitantes.

“Não raro, o atendimento às suas necessidades específicas exige recursos financeiros ou depende da realização de uma viagem para ter acesso a centros especializados onde o tratamento é oferecido”, argumenta o relator.

A reunião da CDH está marcada para as 11h. Antes de iniciar as deliberações, será apresentado o relatório sobre a viagem de João Capiberibe (PSB-AP), Ana Rita (PT-ES) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao Rio de Janeiro para acompanhar as investigações sobre a morte do coronel Paulo Malhães, que confessara crimes da ditadura.



Diante da Comissão Nacional da Verdade, em março, Malhães (D) admite que torturou, matou e mutilou corpos na ditadura

## Vanessa cobra FGTS e previdência de empresas de transporte de Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou das empresas de transporte coletivo de Manaus o cumprimento de acordo feito no ano passado para recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados.

Segundo a senadora, por sete anos essas empresas descontaram a contribuição dos salários, mas não repassaram à Previdência. Para não prejudicar ainda mais os trabalhadores, a Prefeitura de Manaus e o governo do estado decidiram, cada um, repassar R\$ 1 milhão às empresas para que regularizem a situação. Ainda assim, nem todas têm feito o recolhimento.

— Uma empresa que não cumpre a obrigação tem que cumprir

perante a Justiça. Espero que haja mais vigor do poder público para resolver esse impasse — disse.

De acordo com Vanessa, a postura das empresas de transporte coletivo de Manaus é inaceitável, até porque elas já têm vários benefícios, como isenção de IPVA, ICMS e ISS. Só de ICMS elas deixam de recolher R\$ 26 milhões ao ano, comentou a senadora.



Senadora diz esperar mais rigor do poder público

## Paulo Paim quer mobilização contra pedofilia durante a Copa do Mundo

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem, em Plenário, apoio da população à campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes, que será reforçada durante o período da Copa do Mundo. Ele informou que as denúncias podem ser feitas pelo Disque 100, que terá um reforço nas equipes de atendimento durante o Mundial. O senador acrescentou que a campanha será veiculada em português, inglês e espanhol e será divulgada também em países da Europa e da África.

— Que fique o legado de que, no Brasil, não aceitamos violação aos direitos humanos; neste caso específico, de crianças e de adolescentes. Quando houve a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, os casos de exploração sexual de

crianças aumentaram em 30%. Isso motiva a todos nós: de estarmos firmes, com coragem na linha de frente dessa campanha.

Paim também pediu aos colegas que votem hoje o projeto do novo índice de correção das dívidas dos estados. Ele lembrou que a proposta está pronta para votação no Plenário desde abril, mas até agora não foi examinada.

O senador homenageou os 100 anos da morte de Francisco José Nascimento (1839–1914), jangadeiro cearense que ficou conhecido como Dragão do Mar, por lutar contra a escravidão, impedindo o atracamento de navios negreiros no estado. A luta dele ajudou a fazer do Ceará, em 1884, a primeira província a proibir a escravidão.

## Capiberibe elogia matéria do Fantástico sobre corrupção no AP

João Capiberibe (PSB-AP) elogiou a reportagem exibida no domingo no programa *Fantástico*, da TV Globo, denunciando um esquema de manipulação de concorrências públicas no Amapá.

Capiberibe acrescentou, além das denúncias relatadas no programa, que no estado existe um conluio entre empresários e servidores públicos que estaria sendo amparado pelo que chamou de “indústria de liminares” no Tribunal de Justiça. De acordo com ele, dois desembargadores do TJ-AP concederam indevidamente cinco liminares suspendendo licitações públicas.

O senador lembrou que há 20 anos vem combatendo o desvio de recursos públicos

no estado e pediu providências ao Conselho Nacional de Justiça para que defenda a confiança no Judiciário, conforme explicou.

— Era para ter esgoto sanitário em todas as cidades do estado, mas o dinheiro foi desviado. Então, é essa situação que nós não podemos continuar tolerando — disse o senador, lamentando os prejuízos causados pela corrupção no Estado.



Segundo senador, dinheiro desviado era para fazer esgoto

# Obras em cidades poderão receber R\$ 113 milhões

Proposta de crédito suplementar em análise hoje na Comissão de Orçamento destina recursos a projetos de melhoria das condições sanitárias, de habitação e de mobilidade urbana

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 14h30, e poderá votar o projeto (PLN 2/2014) que abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério das Cidades. Segundo o governo, o dinheiro será usado em projetos de melhoria das condições sanitárias, de habitação e de mobilidade urbana.

O voto do relator, deputado Waldenor Pereira (PT-BA), é favorável à proposta e pela rejeição de 33 emendas, visto que implicariam alteração significativa do projeto, com “evidentes prejuízos às ações contidas nos programas de trabalho objetos do crédito”, como ressaltou. Há ainda uma emenda que não foi admitida.

Também estão na pauta de votações três requerimentos. O primeiro, de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP),



Comissão Mista de Orçamento deverá analisar crédito suplementar para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

solicita audiência para debater o corte orçamentário no IBGE. São convidados para o debate a ministra do Planejamento, Miriam Belchior; a presidente do IBGE, Wasmália Bivar; e um representante do sindicato nacional dos trabalhadores do órgão.

Os outros dois requerimentos, de autoria do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), solicitam a convocação da ministra Miriam Belchior e de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Geap — Autogestão em Saúde para falarem sobre o decreto

presidencial que autoriza órgãos públicos a contratarem, sem licitação, a Geap, principal operadora de planos de saúde e seguridade social do funcionalismo público federal.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão recente, suspendeu liminarmente

dispositivo que regulamenta a prestação de serviços de saúde, pela Geap, para servidores, aposentados e pensionistas da União. A cautelar foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.086, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segundo a qual o artigo 3º do decreto presidencial autoriza a contratação direta da Geap, sem a necessária licitação.

## Diretrizes

O relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, que orienta a elaboração da proposta de Orçamento da União para o próximo ano, deve ser apresentado à CMO ainda este mês. O relator é Vital do Rêgo (PMDB-PB). Em seguida, será aberto o prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar.

## Câmara deve aprovar PEC do Orçamento Impositivo

A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, na madrugada de quarta-feira, a PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000). A matéria foi aprovada no Senado no ano passado. A previsão é de que os deputados votem os destaques apresentados à proposta hoje para depois submetê-la a votação em segundo turno. Por enquanto, o texto aprovado pelos senadores está mantido. Se a PEC

não for alterada pelos deputados, deve ser promulgada pelo Congresso Nacional em seguida, podendo valer já para o Orçamento de 2015.

Além de estabelecer a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais ao Orçamento, a proposta institui um percentual mínimo de aplicação da receita corrente líquida da União em ações e serviços públicos de saúde. Metade do valor das emendas

deverá ser aplicada no setor.

Assim, a execução das emendas individuais ao Orçamento da União será obrigatória até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no ano anterior.

Esse montante poderá ser usado inclusive no custeio do Sistema Único de Saúde (SUS). O texto veta, entretanto, a aplicação desse dinheiro no pagamento de pessoal ou de encargos sociais. Atualmente,

a Constituição obriga a União a gastar em saúde o que foi empenhado no ano anterior mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores. A PEC também altera esse montante mínimo, que passará a ser de 15% da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

A mudança de parâmetros será progressiva nos cinco anos após a promulgação da

futura emenda constitucional.

No primeiro ano, a aplicação mínima em saúde será de 13,2% da receita corrente líquida; no segundo ano, 13,7%; no terceiro ano, 14,1%; no quarto ano, 14,5%; e, do quinto ano em diante, 15%.

Para chegar aos 15%, serão computados os recursos das emendas individuais e dos royalties do petróleo e gás natural, de acordo com as regras da Lei 12.858/2013.

## Mozarildo quer saber valor real de dívida de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) está preocupado com o tamanho da dívida de Roraima. Como observou ontem, há diferentes versões para o real montante da dívida do estado.

Segundo o governador, Chico Rodrigues, substituto de Anchieta Júnior, que se desincompatibilizou para concorrer a uma vaga ao Senado, a dívida alcança R\$ 700 milhões. Mas esse número representa quase a metade do que declara o Tesouro Nacional: R\$ 1,4 bilhão, considerada a administração direta, e R\$ 2,2 bilhões se considerada a indireta.

Para Mozarildo, é preciso que o valor real seja apurado por órgãos competentes:

— Essa discrepância merece ser apurada. Eu quero apelar ao Tribunal de Contas do estado, à

Procuradoria-Geral do estado, ao Ministério Público Federal e também peço que o Tribunal de Contas da União investigue — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Casildo Maldaner defende novo pacto federativo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a reforma tributária, um novo pacto federativo e a descentralização administrativa.

Casildo destacou a 17ª edição da Marcha dos Prefeitos a Brasília, marcada para hoje. Segundo ele, os administradores vêm recorrer às emendas dos parlamentares, em busca de recursos, e ao governo federal, em busca de convênios e melhores condições para gerir os municípios.

O senador classificou de “impagável” a dívida dos estados e municípios com a União, que impede os investimentos.

Para ele, a administração em Brasília é inviável porque “não consegue atender as necessidades reais das pessoas”.

— Um pacto focado na descentralização deve ser um norte. Esta bandeira deve estar acima de governos. Em jogo está a autonomia dos entes da Federação — afirmou.



Mozarildo Cavalcanti/Agência Senado

## Ana Amélia pede mais verbas para prefeituras



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) disse que as prefeituras precisam de apoio para enfrentar os problemas financeiros provocados pela redução dos repasses de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Ela citou o caso do município gaúcho de Morrinhos do Sul, que receberá, neste mês, menos do FPM.

Para garantir mais verbas às prefeituras, Ana Amélia considera essencial a aprovação de duas propostas pelo Congresso.

— Insisto na importância da aprovação da PEC 39, de minha autoria, que prevê aumento de 2% nos repasses do Imposto de Renda e do IPI para o fundo de participação. É preciso priorizar também a votação do projeto que reduz a dívida dos estados e municípios com a União, o PLC 39. É uma esperança para a busca de equilíbrio da tão difícil relação entre União, estados e municípios — afirmou a senadora.

## Paim diz que o Brasil perde por não reciclar o lixo

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Brasil deixa de ganhar R\$ 8 bilhões por ano por não reciclar todo o lixo que pode ser reaproveitado. Isso ocorre principalmente porque ainda não existe uma coleta seletiva em todo o país, como exige a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Segundo o senador, metade do lixo urbano produzido no Brasil ainda é jogada nos lixões, que devem ser extintos até agosto desse ano. Ele lamentou, no entanto, que muitos municípios não estejam fazendo nada para que isso se torne realidade e disse que Santa Catarina é o único estado que já eliminou os lixões do território.

Paim informou que, até o final de 2013, o Brasil tinha quase 3 mil lixões em atividade e apenas 1,4% das 189 mil toneladas de lixo urbano produzidas por dia no país era reciclado.

— É necessário que todos se conscientizem sobre o quanto é importante separar o lixo, sobre o lucro que isso pode gerar e os imensos benefícios dessa ação em todos os sentidos — concluiu.

# Corretores de imóveis criticam valor de anuidade

Presidente de sindicato reclama que a categoria paga a mais alta taxa profissional e sugere mudança na composição do conselho regional, abrindo vagas para integrantes indicados pela entidade sindical

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal (Sindimóveis-DF), Geraldo Nascimento, defendeu a redução do valor das anuidades cobradas da categoria e mudança na composição dos conselhos regionais de corretores de imóveis (Creci). O sindicato sugere que a anuidade para corretor autônomo seja de no máximo R\$ 250, metade do valor atual. A cobrança para pessoa jurídica, que varia de acordo com o capital social da empresa, ficaria entre R\$ 400 e R\$ 800. Hoje está entre R\$ 1 mil e R\$ 1,8 mil.

— Pagamos a mais alta taxa entre as categorias. Nem os advogados pagam taxa tão alta — disse Nascimento.

Para compor os conselhos regionais, ele defende que dois terços — e não mais a totalidade, como é hoje — sejam eleitos por votação

dos profissionais inscritos no órgão e um terço passaria a ser indicado pelo sindicato na área do conselho regional.

As propostas constam da Sugestão Legislativa (SUG) 11/2013, apresentada ao Senado pelo Sindimóveis-DF. Esse tipo de iniciativa começa na CDH e, se considerada admissível, passa a tramitar como projeto de lei nas comissões indicadas pela Mesa do Senado. O debate foi proposto pelo relator, Paulo Paim (PT-RS), a pedido da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis (Fenaci) e do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci).

## Pagamento duplo

Em defesa da sugestão, o presidente do Sindimóveis-DF informou que o valor da anuidade cobrada dos corretores dobrou nos últimos dez anos. Ele revelou ainda que empresas que vendem imóveis na planta têm obrigado os corretores autônomos a abrirem

firmas, para permitir a emissão de notas fiscais.

— Somos obrigados então a pagar os R\$ 500 de pessoas físicas e mais R\$ 1 mil de pessoa jurídica — protestou.

Nascimento disse que a participação do sindicato nos conselhos regionais constava do texto original da Lei 6.530/1978, que regulamentou a profissão, mas foi eliminada devido a uma modificação feita na legislação em 2003.

— Os corretores são julgados nos conselhos sem condição de direito de defesa e até mesmo à revelia. O sindicato, fazendo parte dos conselhos, não deixará nenhum processo ser julgado sem uma profunda análise dos fatos. Serão defendidos em plenário os direitos do trabalhador — disse.

Após ouvir a defesa da sugestão legislativa feita pelo presidente do Sindimóveis-DF, Paim disse que dará parecer para que a proposição possa ser discutida e votada pelas demais comissões do Senado.

## TCU vê indícios de energia insuficiente, alerta Alvaro Dias

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), “fortes indícios” de que a capacidade de geração de energia no Brasil é insuficiente para garantir a segurança energética nos parâmetros do Conselho Nacional de Política Energética. Para o senador, o governo já deveria ter adotado providências semelhantes às do governo Fernando Henrique em 2001, quando houve crise devido à falta de água nos reservatórios.

— É preciso que o governo adote providências competentes e imediatas, porque corremos o risco de um racionamento de energia sem precedentes na história, com implicações nefastas para a



Alvaro quer debate com o governo e com as empresas do setor

economia e para a vida da população brasileira — disse.

O senador já pediu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que convide o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e representantes de empresas geradoras de energia elétrica para discutir o risco de apagão no setor. O pedido deve ser votado hoje pela comissão.

## Gurgacz registra propostas para Rondônia após cheia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou a realização, sexta-feira, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de seminário em que foram discutidas propostas para o Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres Naturais em Rondônia.

O estado enfrentou uma enchente que durou mais de três meses, quando o Rio Madeira atingiu níveis jamais vistos. O resultado é que 32 mil pessoas, 42% da população do estado, ficaram desabrigadas.

Gurgacz disse que o governo federal prevê que serão necessários R\$ 5 bilhões para reconstruir Rondônia, sendo necessária a participação



Gurgacz ressalta necessidade de recuperar logo as BRs 425 e 364

dos governos municipais e estadual.

Segundo o senador, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com apoio da defesa civil federal e estadual e das prefeituras, vai coordenar os trabalhos. Os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional também vão participar, recuperando as estradas vicinais e pontes.



Geraldo Nascimento ouve Paulo Paim informar que dará parecer para a proposição ser discutida como projeto de lei

## Seminário discute o futuro da comunicação pública

A Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom) discutiu ontem o futuro da comunicação pública e novas tecnologias. Foi a primeira reunião do Pensar.Com, série de encontros dos profissionais de jornalismo, marketing, publicidade e relações públicas. Segundo o diretor da Secom, Davi Emerich, o objetivo é buscar ideias e consensos para a revisão do Plano Estratégico da Comunicação.

O presidente da Comsefe (associação que reúne os comunicadores da Casa), César Resende, defendeu o modelo atual de comunicação da Casa e a valorização dos servidores, inclusive os terceirizados.

André Barbosa Filho, da Empresa Brasil de Comunica-

ção (EBC), considerou fundamental a ampliação de canais públicos como as TVs Senado, Câmara, Justiça e Brasil, com ênfase em multiprogramação e interatividade. Para ele, “a TV aberta não morreu”, apesar

das tentativas por parte de empresas de diminuir a força da comunicação gratuita.

Posição diferente foi a de Rodrigo Assad, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e empresário,

para quem “o futuro está na web TV”, televisão via internet. O professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou a crise de paradigmas da comunicação provocada pela internet. O

desafio, disse, é como tratar a comunicação pública nesse ambiente de convergência.

Para Jorge Duarte, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), deve-se preocupar em informar as pessoas sobre serviços.

— É a comunicação de interesse público, que fortalece a cidadania ao apoiar o cidadão frente ao Estado — disse.

Também foram ouvidos o jornalista Antônio Vital, que relatou o processo de integração na comunicação da Câmara, Murilo Pinto, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Tarso de Oliveira Rocha, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que falaram da experiência das instituições com redes sociais.



André Barbosa Filho, Armando Rollemberg e Antônio Vital, da Câmara: encontro foi organizado pela Secom do Senado

Genildo Falcão/Petrobras



Apesar de terem instalações já aprovadas, comissões para investigar denúncias contra a Petrobras ainda não funcionam

## CPIs do Senado e Mista da Petrobras aguardam nomes

Base governista e oposição ainda travam disputa em torno da instalação de uma CPI apenas com senadores ou mista, incluindo deputados. CPI do Metrô não teve indicação de integrantes

A SEMANA COMEÇOU com a expectativa quanto a uma solução para o impasse em torno do funcionamento de uma ou mais CPIs da Petrobras. A oposição insiste na CPI mista, com deputados e senadores, e se recusou a indicar integrantes para a CPI do Senado. Já os governistas continuam evitando indicar nomes para a CPI mista, principalmente os do Senado, onde a base do governo é mais coesa.

O prazo para que os líderes indicassem integrantes da CPI do Senado terminou semana passada. Agora, o presidente da Casa, Renan Calheiros, tem até amanhã para indicar os nomes da oposição. Até o momento, foram escolhidos dez nomes pelos líderes partidários e faltam as três vagas que serão ocupadas pela Minoria. O PSDB e o DEM, no entanto, se recusam a fazer as indicações.

— Não tem sentido você ter duas CPIs tratando do mesmo assunto dentro do Congresso Nacional. Nós vamos, obviamente, tocar a CPI mista, envolvendo senadores e deputados, que terá mais força política, mais eficácia para investigar os temas relativos à corrupção na Petrobras — afirmou o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

No caso da CPI mista da

Petrobras, o prazo para que os líderes deem os nomes dos integrantes termina amanhã. Até agora, foram indicados 13 dos 16 deputados que devem compor o colegiado. Faltam as indicações do PT e do Pros. Dos 16 nomes do Senado, apenas 3 foram indicados, nas vagas do PSDB e do DEM. Ainda faltam 13 indicações. Caso os líderes não façam essa escolha até amanhã, abre-se o prazo de mais três sessões da Câmara para que o presidente do Congresso, Renan Calheiros, o faça.

### Instalação

Antes disso, porém, é possível que a CPI mista seja instalada, caso se atinja o mínimo de 17 integrantes indicados pelos líderes. Se isso acontecer e os nomes forem lidos pelo presidente em sessão do Congresso, a CPI pode ser instalada antes da escolha de todos os parlamentares.

O senador Anibal Diniz (AC), um dos vice-líderes do PT, afirmou que a oposição precisa fazer as indicações para a CPI do Senado, porque a comissão afetará o funcionamento da Casa e, assim, é necessário haver um planejamento.

— Esperamos que a oposição também apresente seus nomes para que a gente estabeleça claramente quais

são os horários destinados ao funcionamento da CPI, das comissões e as votações em Plenário, porque a gente não pode abdicar do papel fundamental do legislador em função da CPI — afirmou Anibal.

Há, ainda, questão de ordem de Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado, que precisa ser respondida no Congresso. Ele argumenta que a CPI do Senado tem precedência sobre a do Congresso porque foi criada primeiro.

Anibal Diniz também foi questionado sobre a possibilidade de que as CPIs investiguem a paralisação das obras da Refinaria Premium 1 em Bacabeira, no Maranhão, que já teria consumido mais de R\$ 1 bilhão e não saiu no papel. Para ele, a oposição precisa decidir o que quer.

### CPI do Metrô

A CPI do Metrô de São Paulo — que também conseguiu o número de assinaturas para funcionar — ainda não teve os integrantes indicados. Segundo informações da Mesa do Congresso, o prazo para as indicações começa no dia 20 de maio.

Depois dessa data, os líderes terão cinco dias para a escolha. Caso não o façam, o presidente terá três dias para apontar os nomes.

## Figueiró condena debate sobre privatização versus estatização

Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou os que estão trazendo à tona o tema da privatização no início da campanha eleitoral deste ano. Na avaliação do senador, o objetivo dessas pessoas é lançar cortina de fumaça para evitar a discussão das melhores propostas para o país.

Figueiró disse que a privatização, feita pelo governo Fernando Henrique Cardoso, foi uma decisão correta para aquela época, pois o país precisava avançar e conquistar estabe-

lidade, reduzir a inflação e melhorar a performance no cenário internacional.

Segundo o parlamentar, a privatização no setor de telecomunicações, por exemplo, permitiu que hoje quase todo brasileiro tenha telefone celular, graças aos investimentos feitos no setor.

— A cantilena entre privatização e estatização durante a campanha é tentativa desonesta para desviar o foco. Os dados não permitem mais mistificações — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Inácio Arruda defende política de reajuste do salário mínimo

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu ontem a prorrogação do modelo de reajuste do salário mínimo, que tem assegurado aumentos reais. Ele avaliou que os acréscimos, ainda que pequenos, têm a importância de um programa social de grande porte, pois injetam bilhões de reais na economia e mantêm o poder de compra da população.

O senador advertiu, porém, que o salário mínimo ainda não assegura vida digna para

uma família. Ele citou levantamento do IBGE que atesta a eficácia da recuperação do valor real do salário mínimo. Questionou os especialistas

que contestam essa fórmula “com fúria” por temerem descontrolar nas contas públicas.

— Não haverá abalo na economia pela política um pouquinho expansionista do salário mínimo. Pelo contrário, é esse salário que tem ajudado a dar sustentação à economia brasileira — explicou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Agripino critica governo por má gestão no setor energético

A alta de preços ao consumidor, a produção mais cara de energia elétrica e ainda o atraso e o custo das obras do Rio São Francisco levaram o líder do DEM, José Agripino (RN), a criticar o governo federal.

Em pronunciamento ontem, o senador lembrou os períodos seguidos de seca no Nordeste, enquanto o esperado projeto para levar a água do São Francisco até a região do semiárido ainda não foi concluído.

Agripino manifestou preocupação com a possibilidade de a conta de luz subir até 9%.

— Estou imaginando o tamanho da bomba que está por vir por uma questão de incúria administrativa guardada para 2015. R\$ 11,2 bilhões [às empresas distribuidoras de energia], isso já foi o empréstimo anunciado — afirmou o senador, observando que o governo deve repassar os custos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Envolvidos em rachas estarão sujeitos a penas mais rigorosas

Pela nova norma legal publicada ontem, disputas não autorizadas entre motoristas podem ser punidas com prisão em regime fechado

NO PRAZO DE seis meses, os motoristas que forem condenados por participação em rachas estarão sujeitos a penas mais duras, que poderão chegar a dez anos de reclusão, no caso de morte. As mudanças constam da Lei 12.971/2014, sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.

A lei altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para elevar a pena pelo crime de participação em racha, atualmente de seis meses a dois anos de detenção, para até três anos. No caso de a prática resultar em lesão corporal grave ou morte, porém, a pena poderá

ser de reclusão. A principal diferença entre as duas modalidades é que, na reclusão, o condenado pode começar a cumprir a pena em regime fechado, o que é proibido no caso da detenção.

A pena é de três a seis anos de reclusão no caso de lesão corporal e de cinco a dez anos no caso de morte. Pelo texto, a condenação independe da comprovação de que o motorista quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

O texto aumenta em dez vezes as multas aplicáveis nos casos de racha ou pega (corrida clandestina entre automóveis em via pública), manobras perigosas, arrancadas e competições

não autorizadas. A lei também aumenta em dez vezes as multas aplicáveis aos motoristas envolvidos. Com isso, o valor chegará a R\$ 1.915,40. Se houver reincidência no prazo de 12 meses, a nova multa será aplicada em dobro.

Apresentado em 2007 pelo deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) e outros, o projeto que deu origem à lei (PLC 26/2013) sofreu mudanças no Senado, onde o texto foi relatado por Vital do Rêgo (PMDB-PB). Porém, o texto acabou sendo aprovado pela Câmara na forma original, em abril. Os deputados rejeitaram alterações feitas no Senado que retiravam do projeto as mudanças de natureza penal.



Alfredo Nascimento quer que dados sobre empréstimos sejam fornecidos em dez dias

## Projeto facilita acesso à informação para quem contrata empréstimo

Muitos brasileiros que contratam crédito enfrentam dificuldades para obter do banco informações sobre a situação do empréstimo, como a quantidade de parcelas vencidas e a vencer, encargos, multas por inadimplência e tributos, entre outras.

Para resolver o problema, o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) apresentou projeto que obriga as instituições financeiras a prestar, sempre que solicitado por seus clientes, informações detalhadas sobre contratos de crédito. A matéria está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne hoje.

Nascimento cita como exemplo situação em que o consumidor quer pagar antecipadamente o empréstimo ou algumas das parcelas e, ao procurar os serviços de atendimento ao cliente, "é empurrado de atendente em atendente de telemarketing, isso quando não é simplesmente desconectado da ligação sem qualquer explicação".

O projeto (PLS 524/2013) determina que sejam prestadas as informações solicitadas pelo cliente no prazo de dez dias úteis, a contar da data da solicitação, e em formato que permita fácil leitura e compreensão. O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou emenda para determinar que as informações sejam fornecidas por escrito, mas deixa a possibilidade de envio por meio eletrônico.

Além da CMA, a matéria será votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Também está na pauta da CMA projeto da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que isenta da Cofins e do PIS-Pasep artigos que usem no processo de produção pelo menos 70% de reaproveitamento de resíduos sólidos. O PLS 53/2014 recebeu voto favorável do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e também terá que ser votado na CAE.



Acidentes com vítimas fatais decorrentes de rachas, como este no Rio Grande do Sul, podem resultar em penas de até dez anos de prisão para os responsáveis

## Sistema de gestão documental da AGU é apresentado ao Senado

O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, reuniu-se com membros da Advocacia-Geral da União (AGU) na sexta-feira para uma apresentação do sistema de gestão documental e de arquivos desenvolvido pela AGU.

O objetivo foi conhecer as funcionalidades do sistema, que possui diversas ferramentas de gestão destinadas ao ganho de eficiência na administração pública. O programa, denominado Sapiens, permite tramitar processos físicos ou eletrônicos, por meio da abertura de tarefas e realização de atividades. O sistema possui avançados recursos de apoio à produção de conteúdo e de sistematização e controle de fluxos administrativos.

Mais do que um sistema de gestão de documentos e arquivos, o Sapiens é uma ferramenta para a gestão administrativa, incluindo a gestão de equipes e de processos de trabalho, e ainda para a gestão do conhecimento organizacional. Isso porque ele permite a inserção de modelos de documentos e de repositórios de conhecimento (teses, legislação, jurisprudência etc.), dando apoio à produção de conteúdo em tempo real.

Ao fim da reunião, ficou decidido que o Senado estudará a melhor forma de oficializar uma parceria com a AGU com o objetivo de eventual incorporação do sistema, que foi desenvolvido pelos procuradores federais Eduardo Lang e Mauro Lucio Baioneta.

## Texto torna grátis 10% dos ingressos de shows em áreas públicas

Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta que estabelece gratuidade em 10% dos ingressos em espetáculos pagos feitos em áreas públicas (PLS 458/2011). O texto, de Humberto Costa (PT-PE), já foi aprovado pela Comissão de Educação (CE) e, se tiver o aval da CCJ, segue direto para a Câmara.

Pela proposta, a gratuidade para pessoas de baixa renda definidas por entidades de assistência social vai valer em toda atividade recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional. A relatora na CE, Ana Amélia (PP-RS), acredita que o percentual de 10% pode causar desequilíbrio e sugere 2%.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defendeu que os ingressos sejam pagos pelo poder público com o dinheiro repassado pelo promotor do evento.

**Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**

É fácil ficar sabendo



O SIC oferece atendimento presencial aos cidadãos que solicitam informação com base na **Lei de Acesso à Informação**. O serviço é realizado de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h30, no Senado Federal – Anexo II – Bloco B, 1º andar.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

[www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)





Moreira Matiz/Agência Senado

Servidores mais antigos podem aplicar no plano de fundação pública como investidores ou migrar para o novo regime

## Previdência complementar de servidor está crescendo

Fundo de benefícios já recebeu cerca de 80% dos servidores que ingressaram no Senado desde maio de 2013, quando começaram a valer novas regras para aposentadoria no serviço público

CERCA DE UM ano depois de entrar em vigor, o regime de previdência complementar dos servidores do Executivo e do Legislativo contava, até meados de abril, com aproximadamente 3 mil adesões. Até o final de 2014, a expectativa do governo é de que esse número chegue a 8 mil, segundo Ricardo Pena, diretor-presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), que administra os planos de benefícios dos dois Poderes.

No caso do Senado, 80% dos servidores que ingressaram a partir de 7 de maio de 2013 — data em que começaram a valer as novas regras para o Legislativo — já aderiram ao plano do Funpresp, o LegisPrev. O índice desconsidera os que já trabalhavam em outros órgãos

públicos federais e pediram vacância e que, portanto, não se enquadram no novo regime previdenciário.

A aposentadoria dos servidores que ingressaram no serviço público federal depois da aprovação do plano de previdência complementar do Poder em que trabalham está limitada ao valor do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), atualmente de R\$ 4.390,24, semelhante ao do INSS para os trabalhadores da iniciativa privada.

Para o servidor ter aposentadoria superior a esse valor, ele pode fazer um plano de previdência complementar. Os planos foram aprovados pelo órgão público de fiscalização, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Ministério da Previdência Social.

O regime, instituído pela Lei 12.618/2012, entrou em vigência em 4 de fevereiro de 2013, data da publicação da Portaria 44 da Previc. No mesmo dia, foi aprovado o plano de previdência complementar do Executivo. No caso do Legislativo, o plano foi aprovado em 7 de maio do ano passado. E o do Judiciário, em 14 de outubro, obtendo, até o final de 2013, pouco mais de 90 participantes ativos.

O Decreto 7.808, de 20 de setembro de 2012, criou a Funpresp-Exe, e a Resolução 496 do Supremo Tribunal Federal, de 26 de outubro de 2012, criou a Funpresp-Jud. Os órgãos do Legislativo (Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União) firmaram convênio de adesão com a Funpresp-Exe, para administrar também o seu plano. O Ministério Público da

## Contrapartida da União é do mesmo valor

Pelo regime antigo, o servidor contribui com 11% sobre o salário total, e a União, com 22%. Quando se aposenta, ele recebe o valor integral do salário. Segundo nova regra, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) proporcionará o benefício previdenciário até o teto do regime geral, e a Funpresp-Exe ou a Funpresp-Jud, o benefício complementar.

O servidor admitido após a aprovação do plano do Poder em que trabalha, ou que optar pelo novo regime, passa a contribuir para o RPPS com 11% até o teto. Por isso, na aposentadoria, receberá o benefício também com valor limitado ao teto do RGPS. Quem optar pelo plano, receberá um segundo benefício, o do Regime de Previdência Complementar (RPC), e terá direito ainda a aposentadoria por invalidez e, os beneficiários, a pensão por morte. Para isso, realizará uma contribuição complementar sobre a parcela que exceder o

teto, em alíquota de livre escolha entre 7,5%, 8% ou 8,5%, com a contrapartida paritária da União, até o limite de 8,5%, na modalidade de contribuinte ativo normal. Os servidores com remuneração inferior ao teto podem aderir à previdência complementar, mas não recebem a contrapartida da União, sendo classificados como contribuintes ativos alternativos.

Quem mudar de cargo, sem quebra de vínculo funcional, continua sob a vigência do regime que vigorava à época do ingresso no serviço público. Se a mudança for de esfera (da municipal, distrital ou estadual para a federal), o servidor entra compulsoriamente para o novo regime. Quem mudar apenas de Poder e declarar vacância poderá fazer a portabilidade para o novo fundo.

### Resistência

A Funpresp adota um modelo de contribuição definida, ou seja, é fixado o valor da contri-

buição, mas o da aposentadoria ou pensão depende do tempo de contribuição, da idade e do desempenho financeiro do fundo. Por isso, não tem o apoio de algumas entidades que representam servidores. O site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), por exemplo, afirma que “o servidor sabe quanto paga, mas não sabe quanto irá receber quando se aposentar”.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU (Fenajufe) orienta os servidores a não aderirem ao fundo. “O RPPS protege o trabalhador em caso de doença, invalidez e outros afastamentos com salários integrais. Já no Funpresp-Jud isso não ocorrerá, pois o fundo específico individual dependerá de reservas do servidor”, afirma a entidade em seu site. A Fenajufe acredita ainda que o novo regime terá impacto negativo nas contas da Previdência.

## Como se inscrever no plano de benefícios

### PARA SERVIDORES DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO

(para contribuir com os Planos ExecPrev e LegisPrev administrados pela Funpresp-Exe)

- ▶ Acesse a página <http://bit.ly/adesaoFunpresp-Exe>.
- ▶ Utilize o **simulador de adesão**, disponível na página, para fazer uma projeção da sua renda vitalícia e decidir com qual percentual deseja contribuir para o plano.
- ▶ Leia os **regulamentos** para conhecer o plano de benefícios ao qual irá aderir.
- ▶ São duas possibilidades de inscrição: uma destinada ao servidor classificado como **ativo normal** e outra destinada ao servidor **ativo alternativo**. Para classificar como ativo normal, a base de contribuição ao RPPS no mês de adesão deve ser superior ao teto do RGPS, atualmente fixado em R\$ 4.159, sendo inferior será classificado como ativo alternativo.
- ▶ Preencha o **requerimento de inscrição** em três vias, assine e encaminhe para a área de recursos humanos do seu órgão (patrocinador). Ao preencher o formulário de adesão, o servidor deverá escolher o percentual de contribuição, que deverá se restringir a 7,5%, 8% ou 8,5%, a opção por regime de tributação (regressivo ou progressivo) e se faz ou não opção por incluir na base de contribuição parcelas percebidas em decorrência do local de trabalho, exercício de cargos em comissão ou função. No caso de servidor classificado como ativo alternativo, o próprio servidor deverá também definir o valor do salário de participação, que não poderá ser inferior a R\$ 1 mil nem superior à sua base de contribuição.
- ▶ Após o recebimento da proposta de adesão, a Funpresp-Exe enviará ao participante um **kit** contendo o regulamento do plano, o estatuto da Funpresp-Exe, o Manual do Participante e o certificado de adesão ao plano escolhido.

### PARA SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

- ▶ Os passos são os mesmos. Os **formulários de inscrição** podem ser encontrados em: <http://bit.ly/adesaoFunpresp-Jud>; o **regulamento**, em <http://bit.ly/regulamentoFunpresp-Jud>; e o **simulador de adesão**, em [www.funpresjud.com.br/simulador](http://www.funpresjud.com.br/simulador).

União (MPU) assinou convênio com a Funpresp-Jud, que administra o plano dos servidores do Judiciário. As fundações públicas têm personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

A adesão aos planos é facultativa, voluntária e pode ser feita a qualquer tempo a partir da data de entrada em exercício. Os servidores que ingressaram no serviço público antes da vigência da atual regra terão o prazo de 24 meses após

a publicação do plano para migrar, se quiserem, para o novo regime de previdência com a vantagem do benefício especial (a transposição do regime antigo para a regra atual será regulamentada por decreto) ou poderão continuar sujeitos ao sistema antigo. Caso permaneçam no regime anterior, poderão, ainda, optar por aplicar no plano de benefícios da Funpresp como investidores (contribuintes alternativos), sem contrapartida da União.

## Governo estima que três fundos somarão R\$ 160 bi em 25 anos

Quando a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que criou a Funpresp, Jaime Mariz, secretário de Políticas de Previdência Complementar, calculou que os fundos dos Três Poderes terão juntos mais de R\$ 160 bilhões em 25 anos. A previsão considera uma reposição no quadro de servidores de 3% ao ano.

A principal razão da mudança no sistema público de

previdência foi a estimativa de um déficit de R\$ 60 bilhões, com 10% de crescimento a cada ano, se o governo continuasse a garantir aposentadoria integral a todos os servidores públicos.

Em outubro de 2013, Mariz previu que, em 30 anos, toda a previdência complementar da União, estados e municípios deve acumular patrimônio em torno de R\$ 470 bilhões.

### Saiba mais

**Ministério da Previdência Social**  
[www.previdencia.gov.br/previc](http://www.previdencia.gov.br/previc) • Central de Atendimento por telefone: 135

**Funpresp-Exe**  
<http://www.funpresp.com.br> • Central de atendimento: 0800 2826794  
Cartilha da Funpresp-Exe: <http://bit.ly/cartilhaFunpresp-Exe>

**Funpresp-Jud**  
[www.funpresjud.com.br](http://www.funpresjud.com.br) • (61) 2326-5412  
Cartilha da Funpresp-Jud: <http://bit.ly/cartilhaFunpresp-Jud>

**Cartilha do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes)**  
<http://bit.ly/cartilhaFunpresp>

Veja esta e outras edições do  
**Especial Cidadania** em  
[www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)